

Aproximações do Jornalismo Ambiental com o pensamento de Paulo Freire

Approximations of Environmental Journalism with Paulo Freire's thought

Ilza Maria Tourinho Girardi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Rua Ramiro Barcelos, 2777, 90035-007, Porto Alegre | Brasil

0000-0001-8766-7139 · ilza.girardi@ufrgs.br

Cláudia Herte de Moraes

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | BR 386, KM 40, Linha 7 de setembro, s/n, 98400-000, Frederico Westphalen | Brasil

0000-0003-3233-311X · claudia.moraes@ufsm.br

Eloisa Beling Loose

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Rua Ramiro Barcelos, 2777, 90035-007, Porto Alegre | Brasil

0000-0002-4755-3046 · eloisa.beling@gmail.com

Débora Gallas Steigleder

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Rua Ramiro Barcelos, 2777, 90035-007, Porto Alegre | Brasil

0000-0001-6030-5728 · deborasteigleder@gmail.com

Recepción: 19/10/2022 · Aceptación: 01/03/2023 · Publicación: 15/04/2023

Resumo

Este texto apresenta reflexão sobre as aproximações existentes entre os pressupostos que fundamentam a perspectiva do Jornalismo Ambiental e o pensamento do educador e filósofo Paulo Freire, cujo nascimento completou 100 anos em 2021. Para tanto, realiza pesquisa bibliográfica para compreender a afinidade das ideias do intelectual brasileiro com aspectos epistemológicos que orientam esta prática jornalística de forma específica, como a responsabilidade com a mudança de pensamento, a ênfase na contextualização das informações e a pluralidade de vozes consultadas para a cobertura jornalística. Nesse sentido, observa-se uma interface a partir da crítica à colonialidade e do destaque dado à dialogicidade, à valorização da experiência, à emancipação e à libertação dos sujeitos. Tais elementos, fundamentais na obra do autor, também sustentam o Jornalismo Ambiental, jornalismo orientado para a cidadania planetária. Tais pontos de convergência reforçam o compromisso do Jornalismo Ambiental com a mudança paradigmática de pensamento, sobretudo no que tange à relação sociedade-natureza, valorizando o diálogo de saberes e sustentando a crítica decolonial na produção de informações qualificadas que possam emancipar os cidadãos. Conclui que a perspectiva dialógica freiriana pode contribuir para a prática do Jornalismo Ambiental, uma vez que a teoria que a fundamenta defende a transição para um mundo de proteção ambiental e justiça social.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental, estudos decoloniais, Paulo Freire, dialogicidade, pesquisa bibliográfica.

Abstract

This article reflects on the approximations between the assumptions that constitute the perspective of Environmental Journalism and Paulo Freire's thought, who turned 100 in 2021. For this, it carries out bibliographical research to understand the affinity of Paulo Freire's ideas with epistemological aspects that guide this journalistic practice in a specific way, such as the responsibility for the change in thinking, the emphasis on contextualizing information and the plurality of voices consulted for journalistic coverage. In this sense, it observes the adherence to the critique of coloniality in the Latin American context, and the emphasis given to dialogicity, to the appreciation of experience, and to emancipation and liberation, fundamental elements in the author's work. Such points of convergence reinforce Environmental Journalism's commitment to a paradigm change in thinking, especially with regard to the society-nature relationship, valuing the dialogue of knowledge and sustaining decolonial criticism in the production of qualified information that can emancipate citizens. It concludes that Freire's dialogic perspective can contribute to the practice of Environmental Journalism, since its theory defends the transition to a world of environmental protection and social justice.

Keywords: *Environmental Journalism, decolonial studies, Paulo Freire, dialogicity, bibliography research.*

1. Introdução

Em 1964, com o golpe militar no Brasil, Paulo Freire foi preso e em seguida buscou asilo político no Chile. Lá foi convidado a trabalhar em um projeto de alfabetização de jovens e adultos, podendo aperfeiçoar o que estava fazendo no Brasil, conforme lembra na obra “Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido” (Freire, 1992). Em acréscimo, Freire elaborou uma proposta metodológica para resolver o problema de comunicação entre agrônomos extensionistas e camponeses, já que o governo de Salvador Allende estava interessado em incrementar a produção agrícola no país, que passava pelo processo de reforma agrária.

Para esse projeto, Paulo Freire escreveu uma de suas obras mais importantes e que influenciou os estudos de Comunicação, contribuindo com a mudança de perspectiva da Escola Latino-Americana de Comunicação. “Extensão ou Comunicação?”, publicada em 1969 (Freire, 2011a), faz uma crítica ao modelo de extensão rural da época que, seguindo as origens dos Estados Unidos, tratava os camponeses como se fossem seres ignorantes incapazes do diálogo, simples repositórios e objetos da política de extensão rural.

A visão extensionista considerava que o agricultor não tinha conhecimento sobre o seu trabalho, desconhecia as técnicas de plantio e precisava ser ensinado. Eles não eram compreendidos pelos técnicos e nem tinham oportunidade de diálogo. Os agricultores tinham receio ou julgavam não saber dialogar com o “doutor”, pois pela ideologia estavam convencidos de sua ignorância. Já os extensionistas aprendiam na universidade ou na pós-graduação feita nos Estados Unidos que esse era o procedimento correto. Não havia questionamento.

Recuperamos esse episódio da vivência e reflexão de Paulo Freire para ressaltar aspectos que são caros na discussão sobre o Jornalismo Ambiental: a crítica ao pensamento único (ou hegemônico) e a necessidade de pluralizar a cobertura e ouvir o outro a fim de permitir o cumprimento de suas funções informativa, pedagógica e política (Bueno, 2007), e, conseqüentemente, subsidiar decisões acertadas por parte dos cidadãos.

A reflexão aqui empreendida se relaciona com a adaptação das ideias de Freire ao campo jornalístico propostas por autores como Hochheimer (1992) e Meditsch (2003). Com base na posição de Freire sobre o jornalismo, Meditsch (2003, p.30) aponta a necessidade de um método de “aperfeiçoamento da prática real em condições limitadas”, aludindo à contradição entre o objetivo comercial da mídia hegemônica (evidente sobretudo no telejornalismo, segundo Freire) e a concepção de jornalismo enquanto forma de conhecimento para a transformação da realidade. Já Hochheimer (1992) adapta os pressupostos de Freire no ensino de futuros jornalistas, ressaltando a abordagem dialógica, a fim de fornecer uma visão crítica e permitir que eles possam transformar a mídia.

A relação entre jornalismo e pensamento freiriano também é tratada por Oliveira (2017), que se debruça sobre a emancipação como elemento central para uma práxis jornalística. Portanto, ciente dos aportes anteriores, este trabalho almeja aprofundar as contribuições de Freire na área de Jornalismo Ambiental.

Este texto, de caráter analítico-reflexivo, tem como objetivo geral verificar pontos comuns existentes entre o pensamento de Paulo Freire e os pressupostos desenvolvidos na área do Jornalismo Ambiental (Loose y Girardi, 2017, Girardi *et al.*, 2020). Tais pressupostos foram construídos no diálogo a partir de autores do campo Ambiental (e.g. Capra, 1996; Hannigan, 1997; Leff, 2001; Shiva, 2003; Porto-Gonçalves, 2006) com aqueles que se debruçam sobre a cobertura jornalística de meio ambiente (e.g. Frome, 1998; Fernández Reyes, 2004; Bueno, 2007; Girardi *et al.*, 2012). São eles:

1. Ênfase na contextualização – a expectativa de superar a fragmentação e a descontinuidade; destaque para uma contextualização ampla, profunda e crítica (tecendo relações de causas e consequências) e a perspectiva sistêmica.
2. Pluralidade de vozes – as notícias deveriam representar a pluralidade de vozes que estão envolvidas com a questão, inclusive aqueles que não detêm legitimidade científica, empresarial ou política.
3. Assimilação do saber ambiental – a compreensão disto propõe novos valores e uma nova consciência.
4. Cobertura próxima à realidade do leitor – trazer as questões ambientais para perto do cotidiano dos leitores e interconexão entre as escalas.
5. Comprometimento com a qualificação da informação – envolve engajamento e militância como atitudes críticas em defesa da sustentabilidade da vida.
6. Responsabilidade com a mudança de pensamento – o Jornalismo Ambiental assume seu papel de contribuir para mudar o pensamento.
7. Incorporação do princípio da precaução – amplia o tempo de ação do jornalismo, orientando-o para o futuro na tentativa de alertar e evitar consequências negativas (Girardi *et al.*, 2020, p. 284-285).

O conceito de Jornalismo Ambiental, segundo Girardi *et al.* (2012), não se refere a coberturas sobre meio ambiente. Trata-se de uma perspectiva transversal, capaz de cruzar as mais diversas pautas e

temáticas para evidenciar a complexidade dos fenômenos sociais. O Jornalismo Ambiental é, então, um olhar sobre a realidade, baseado na tomada de consciência ecológica. Imbuído de tal consciência, o sujeito mobiliza-se, de forma orgânica e autônoma e com base no diálogo, na incorporação de atitudes ecológicas. Portanto, também dialoga com a educação ambiental de orientação crítica, descrita por Carvalho (2017).

Através do pressuposto da mudança de pensamento, o Jornalismo Ambiental assume a função pedagógica prevista por Bueno (2007) ao permitir que a sociedade tenha acesso a olhares sobre a realidade para além do pensamento hegemônico, rompendo com o fenômeno descrito por Shiva (2003) como monocultura da mente e aprimorando sua consciência social e ecológica, conforme incentiva a visão holística de Capra (1996). Na prática jornalística, esse comprometimento com a educação pode ser constatado na realização de reportagens contextualizadas que valorizam a diversidade de pensamentos e experiências, segundo Girardi *et al.* (2021). As autoras realizaram busca de artigos sobre Jornalismo Ambiental relacionados ao pressuposto da mudança de pensamento disponíveis em bases de dados abertas¹ e publicados em português e espanhol, recuperando cinco trabalhos que expõem a afinidade epistemológica entre Jornalismo Ambiental e educação ambiental. Conscientização, mudança social e criação de uma cultura ambiental são termos-chave que se sobressaem na literatura analisada e fundamentam essa relação entre ambas as áreas (Girardi *et al.*, 2021).

As escolhas metodológicas deste trabalho partem de uma abordagem qualitativa, preocupando-se com a compreensão dos fenômenos que são objeto de estudo (Minayo, 1994). O movimento de análise realizado explorou aspectos comuns entre os pressupostos do Jornalismo Ambiental já apresentados e as obras de Freire.

Utilizamos discussões teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores (Stumpf, 2010), sendo esta a vantagem da pesquisa bibliográfica, pois o acesso aos dados se dá em fontes secundárias, que foram analisadas a partir do objetivo principal do artigo: compreender os pontos de cruzamento dos postulados de Freire com a prática jornalística mais plural, comprometida e crítica, voltados para uma outra conexão da humanidade com a natureza, prevista pelos estudos de Jornalismo Ambiental. Para tanto, adotamos procedimentos de identificação de textos de Freire e de Jornalismo Ambiental para, na sequência, realizar leituras voltadas para a detecção de pontos de convergência.

O Jornalismo Ambiental parte de uma contestação do sistema hegemônico estabelecido, que reduz meio ambiente a recurso econômico, prioriza as vozes estabelecidas e quase não critica nosso modelo de desenvolvimento, o *status quo*, desta forma favorecendo a manutenção do discurso capitalista, colonialista, explorador. Assim como o pensamento de Freire, os pressupostos teóricos do Jornalismo Ambiental assumem uma posição diante dos segmentos da sociedade oprimidos, em específico no comprometimento com a qualificação da informação, de maneira a incentivar a autonomia dos sujeitos que acessam essas produções jornalísticas. Dessa forma, o Jornalismo Ambiental pode contribuir para a emancipação daqueles que não costumam ser ouvidos pelo sistema dominante. Aliás, além da construção de uma prática jornalística comprometida com as demandas e olhares dos oprimidos, são necessários sistemas que assegurem a participação do público nos processos comunicacionais, que seguem em disputa em nossa sociedade, sendo o jornalismo um deles. De forma semelhante ao que

¹ A busca foi realizada nas bases Portal de Periódicos da Capes, Dialnet, SciELO e Latindex e retornou artigos publicados entre 2007 e 2020.

Freire propõe no campo da Educação, problematizamos as perspectivas e representações trazidas continuamente pelo Jornalismo, visando à emancipação social. Há no âmbito da discussão sobre o Jornalismo Ambiental uma série de elementos que são oriundos do legado de Freire, ainda que isso não seja explícito, especialmente quanto à ampliação de saberes e conexões, tentando se afastar de uma visão não fragmentada da realidade, típica do que conhecemos por jornalismo hegemônico/tradicional/*mainstream*. Também o Jornalismo Ambiental está fortemente guiado para ser um jornalismo “transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena” (Girardi *et al.*, 2012, p. 148).

Tendo em conta as possibilidades de articulação entre o pensamento de Paulo Freire e o Jornalismo Ambiental, após leituras comparativas dos textos encontrados, trazemos uma reflexão teórica baseada em quatro eixos: crítica à colonialidade, dialogicidade, aprendizagem através da experiência e emancipação e libertação.

2. Crítica à colonialidade

A crítica à questão colonial é algo presente na obra de Paulo Freire, mesmo que esse conceito não tenha sido explicitamente expresso em seus textos. Ao defender uma pedagogia a partir dos oprimidos e indicar caminhos para a transformação da realidade, Freire contesta a colonialidade estruturante da racionalidade moderna ocidental. Conforme Sousa Santos (2022, p.18), “a colonialidade é a ideia de que tudo que difere da visão eurocêntrica do mundo é inferior, marginal, irrelevante ou perigoso”. Este olhar nega e subjuga o que é diferente.

Os estudos com foco na crítica colonial surgem em diferentes lugares, a partir dos anos 1950². Na América Latina, destaca-se o projeto chamado Modernidad/Colonialidad, que possui forte diálogo com as discussões do pós-colonialismo, dos estudos subalternos e com a perspectiva de sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein, que questiona a base histórico-cultural e epistemológica da modernidade (Alimonda, 2011) e a desumanização decorrente do pensamento único homogeneizante. Este projeto emerge nos anos 1990 e “analisa o legado vivo do colonialismo” (Sousa Santos, 2022, p.22), verificando que as estruturas de ser, saber e poder derivadas do colonialismo histórico permanecem integradas às ordens sociais contemporâneas.

O geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) destaca que a modernização surge a partir da colonização, apontando a “descoberta” da América como fator decisivo para consolidação da hegemonia europeia. O que ocorreu nesse período histórico delimitado, no qual houve exploração em múltiplas dimensões, persiste com outras roupagens até hoje, acarretando distribuição desigual de proveitos e rejeitos, e relações sociais permeadas por lógicas opressivas. A colonialidade é a herança do processo de colonização, um modo de manter as assimetrias e lógicas de exercício de poder a partir da inferiorização ou negação do Outro. Mesmo após a saída dos colonizadores dos territórios invadidos, houve a reorganização das estruturas de opressão por meio do que é chamado

2 Sousa Santos (2022) aponta que as três abordagens principais são o pós-colonialismo, que surge nos anos 1960 decorrentes das independências políticas das colônias europeias na Ásia e África, o decolonialismo, uma contraposição às práticas que marcam a colonialidade que emerge da América Latina, e as epistemologias do Sul, desenvolvidas a partir dos anos 2000 motivadas pela experiência do Fórum Social Mundial.

de “colonialismo interno”, de modo que a referência eurocêntrica seguiu demarcando a diferença colonial (Mignolo, 2005).

Paulo Freire, ao propor formas pedagógicas libertadoras, não apenas refletia sobre o que faz perdurar a colonialidade, mas também apresentava alternativas ou mecanismos para se libertar desse processo (Loureiro, 2020). Em “Pedagogia do Oprimido” (2019), o educador convoca a busca de existência e humanização daqueles que historicamente foram subordinados por conta de classe social, gênero ou raça. Já em “Extensão ou Comunicação?” (Freire, 2011a), o autor discute o conceito de extensão, apontando que o camponês não é visto como sujeito, mas como objeto de um plano de desenvolvimento, no qual seria um depósito dos conhecimentos chamados modernos, ignorando os saberes apreendidos por meio das práticas experimentadas no campo.

Ao avançar sobre a forma como a extensão é aplicada, sem espaço para o diálogo, Freire trata de uma das características próprias da teoria antidualógica, que nada mais é que uma forma de manter a colonialidade: a invasão cultural.

Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores.

O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação.

As relações entre invasor e invadido, que são relações autoritárias, situam seus polos em posições antagônicas. (Freire, 2011a, p. 48-49)

A invasão cultural é uma prática recorrente dos processos coloniais, já que há uma negação e inferiorização do Outro a fim de que o colonizador/invasor possa alcançar seus objetivos. Enquanto os colonizados/invadidos são silenciados, os invasores inculcam seu modo de perceber o mundo, a partir de seus contextos, descaracterizando suas formas de vida. Não há possibilidade de trocas, de partilhas. “O invasor prescreve; os invadidos são pacientes na prescrição”, afirma Freire (2011a, p. 49).

Nesse processo, as estruturas sociais se tornam fundamentais. A implementação do pensamento único e da desumanização ou subalternidade ocorre a partir de um contexto amplo. Mecanismos políticos, econômicos, sociais e culturais são acionados simultaneamente a fim de reduzir a pluralidade de saberes ao que Shiva (2003) chama de “monoculturas da mente”. Isso fica explícito quando Freire (2011a) aponta que a recusa ao diálogo passa a ser um reflexo dessa colonialidade, na qual há uma parcela da população que nunca é considerada e já está, em alguma medida, condicionada à opressão persistente. Ao mencionar que muitos camponeses não se situavam em condição de conversar com os agrônomos detentores dos conhecimentos científicos, o educador ressalta o papel das macroestruturas, como é o caso do latifúndio nesse caso.

O latifúndio, como estrutura vertical e fechada, é, em si mesmo, antidualógico. Sendo uma estrutura fechada que obstaculiza a mobilidade social vertical ascendente, o latifúndio implica uma hierarquia de camadas sociais em que os estratos mais “baixos” são considerados, regra geral, como naturalmente inferiores. Para que estes sejam assim considerados, é preciso que haja outros que desta forma os considerem, ao mesmo tempo que se consideram a si mesmos como superiores. A estrutura latifundista, de caráter colonial, proporciona ao possuidor da

terra, pela força e prestígio que tem, a extensão de sua posse também até os homens. (Shiva, 2003, p. 59)

Desta forma, quando Freire propõe uma pedagogia a partir dos oprimidos, ele também está proporcionando insumos para romper com a colonialidade que se mantém, mesmo após o encerramento das atividades nos territórios que foram transformados em colônias. Tais questões podem ser amplificadas por meio do jornalismo que se propõe ser emancipatório, como defende Oliveira (2017). Para ele, os mecanismos de opressão, que perpassam uma cultura de silêncio, são herança do colonialismo, sendo o jornalismo um espaço possível para se construir um pensamento crítico e de superação da naturalização desses mecanismos.

3. Dialogicidade

A dialogicidade, base do pensamento de Paulo Freire, é também a essência da democracia. Seu potencial altamente revolucionário, porque questiona e provoca rompimento nas relações de dominação, torna o pensador tão temido e combatido por aqueles que têm medo das relações dialógicas e da liberdade de pensamento. Numa sociedade democrática, o diálogo é bem-vindo, pois permite aos indivíduos indagarem, darem vazão à sua curiosidade, enxergarem o outro, trocarem percepções e construir algo novo.

As relações dialógicas são fundamentais no processo de aprendizagem, pois criam o espaço de liberdade para que o indivíduo supere as relações subalternas e assuma o protagonismo de sua história. O diálogo é um processo dialético problematizador, pois permite “olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, algo em construção, como realidade inacabada e em constante transformação” (Zitkoski, 2010, p. 117).

A obra *Extensão ou Comunicação?* subverteu o sistema de crenças dominante, conforme destaca Beltrán (2011). Para Paulo Freire, o modelo de extensão era a própria invasão cultural, pois consistia na crença de que o conhecimento é uma prerrogativa exclusiva dos extensionistas, que trabalhavam na homogeneização das práticas agrícolas em nome da técnica e da ciência. Neste sentido, o saber dos camponeses sobre suas relações e seu território era desconsiderado.

O homem, como um ser de relações, constrói o conhecimento através do diálogo, categoria que perpassa toda obra de Freire. Pela dialogicidade seria possível vencer a cultura do silêncio que pelo modelo colonizador, cria uma barreira que impede o questionamento da sociedade de classes e da estrutura fundiária (Freire, 2011a).

Para Paulo Freire não basta fazer a reforma agrária ou desenvolver políticas de alfabetização de jovens e adultos se não houver uma revolução na educação, no modo de construir o conhecimento. A leitura da palavra deveria possibilitar a leitura da palavra mundo e isso se daria através da comunicação, cuja essência é a relação dialógica.

A comunicação, pelo contrário, implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Por isso, não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. Esta função, por sua vez, não é a extensão do conteúdo significativo do significado, objeto do

pensar e do conhecer. Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto de seu pensar comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Em relação dialógica-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam, como já vimos, através de um mesmo sistema de signos linguísticos. É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito. (Freire, 2011a, p. 88-89)

Ao apresentar o livro *Educação e Mudança*, Moacir Gadotti (1979, p. 12) adverte que o diálogo em Paulo Freire não é um diálogo ingênuo. Para o autor, na sociedade de classes não há diálogo. Este pode ocorrer no interior das escolas, das universidades, em pequenos grupos, mas não na sociedade mais ampla. Para ele, o diálogo não exclui o conflito, sob pena de ser um diálogo ingênuo.

O diálogo de que nos fala Paulo Freire não é o diálogo romântico entre oprimidos e opressores, mas o diálogo entre os oprimidos para a superação da sua condição de oprimidos. Esse diálogo supõe e se completa, ao mesmo tempo, na organização de classe, na luta comum contra o opressor, portanto no conflito. (Gadotti, 1979, p. 12)

A advertência de Gadotti é necessária porque permite que se compreenda que a relação dialógica, que possibilita a auto-libertação do oprimido, permite também que o educador ou o extensionista liberte-se de sua visão conservadora e passe a atuar para a construção de uma sociedade com justiça social. Para isso, a política educacional deve contemplar a formação de profissionais capazes de compreender a importância do diálogo na sua relação com os cidadãos. Ao conhecer sua realidade, o homem pode transformar o mundo para que seja justo para todos.

A compreensão da importância da dialogicidade restabelece a centralidade da educação em todas as atividades ou profissões que reconhecem sua dimensão educativa, que é o caso do próprio Jornalismo Ambiental. Este, através de sua prática, não neutra, compartilha saberes e contextos, quando contempla a diversidade de vozes, disponibilizando informações com potencial para desencadear processos dialógicos tão caros para que os cidadãos se libertem da ignorância. Lembramos que o Jornalismo é considerado uma forma de conhecimento, e que, conforme Meditsch (2003), inspirando-se em Paulo Freire, tal saber não pode ser transmitido.

O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma *re-produção* do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social. (Meditsch, 2003, p. 22, grifo do autor)

Este processo permite ao público reconstruir a informação a partir de esquemas de interpretação e de informações prévias sobre o tema. O Jornalismo Ambiental também faz esse movimento, pois, pela sua prática engajada em busca da mudança de um pensamento colonizado/colonizador para um pensamento emancipado/emancipador, valoriza a contextualização e o diálogo de saberes tendo em vista a mudança de percepção e atitude dos seres humanos em relação à natureza.

4. Aprendizagem através da experiência

A educação autêntica, segundo Freire (2019b), é baseada na práxis, processo em que a reflexão e a ação transformadora sobre a realidade se retroalimentam. Educar-se através da experiência, neste processo, é fundamental, mas é preciso consciência sobre a experiência para se descobrir sujeito do mundo. Em seu discurso de posse como secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo, em 1989, Freire evidenciou esta relação:

Estou totalmente convencido pela própria prática a que eu me tenho dado durante todos esses anos, que a melhor forma que a gente tem de se inferir num processo permanente de formação é pensar a prática que a gente tem, é compreender a prática da gente inserida numa prática maior, descobrir pensando sobre a prática da gente, distanciando-nos da prática da gente, objetivando a prática da gente, tomando-a nas mãos e descobrindo a teoria embutida nela. (Freire, 2019b, p. 51)

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire relaciona a práxis libertadora com as condições de existência humana. A consciência opressora, por sua vez, corresponde a uma visão necrófila do mundo, segundo o autor. “Na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida” (Freire, 2019b, p. 65).

É possível dizer que o Jornalismo Ambiental compartilha dessa percepção, uma vez que, conforme Girardi (2018, p. 20), apresenta uma perspectiva engajada, que tem como horizonte “[...] defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador”. Entendemos, portanto, o Jornalismo Ambiental enquanto práxis que se aproxima da proposta pedagógica freiriana por defender a inserção crítica na realidade – realidade esta marcada por processos de degradação e de exploração verificados na relação entre sociedade e natureza.

O Jornalismo Ambiental floresce em contextos mais propensos à reflexão sobre as questões ambientais, ressalta Belmonte (2020). A percepção sobre os riscos globais da emergência climática contribui para o processo de ambientalização da sociedade – ou seja, para a sensibilização dos sujeitos diante das tensões que envolvem a relação sociedade-natureza.

Assim, expressar-se através do Jornalismo Ambiental significa contemplar possibilidades de abordagem dos fenômenos que têm proximidade com a vivência dos sujeitos e que remetem à experiência específica de comunidades invisibilizadas pela exploração que caracteriza a colonialidade. Ao pensarmos na função pedagógica do Jornalismo Ambiental postulada por Bueno (2007), podemos dizer que está alinhada, portanto, com a premissa da “politicidade da educação” prevista por Freire (2019a) para explicar a inexistência de neutralidade nas visões de mundo a serem comunicadas.

5. Emancipação e libertação

O pensamento de Paulo Freire é fundador da corrente da educação crítica, que considera a educação como potencial transformador da sociedade. Nosso objetivo é aproximar este pensamento aos pressupostos do Jornalismo Ambiental (Girardi *et al.*, 2021; Loose y Girardi, 2017). Também aqui já

tratamos sobre as ideias de uma atuação profissional atenta aos espaços da opressão do colonialismo – especialmente ambiental, bem como em relação aos saberes outros, nesta relação com os bens da natureza, tendo-se como prioridade a busca da ampliação do diálogo. Todos esses aspectos, delineados acima, nos levam a discutir sobre o propósito político da educação – e por analogia – do Jornalismo Ambiental.

Bueno (2007) aponta as funções do Jornalismo Ambiental (informativa, pedagógica e política), sendo que a caminhada epistemológica coloca, no cerne desse jornalismo, uma atenção especial aos processos políticos. Isso porque não há como atuar com firmeza na defesa da sustentabilidade da vida sem identificarmos as lutas políticas em relação ao meio ambiente. Neste sentido, temos um ponto considerado fundamental para o entendimento do papel do jornalismo frente aos desafios ambientais. Bueno (2007) indica a necessidade do engajamento – e que deve ser político, social e cultural. Esta atuação, portanto, se baseia na possibilidade de resistência às pressões dos mais poderosos (entre esses, governos e corporações). A resistência do jornalismo ambiental é, portanto, direcionada aos poderes de opressão do homem (da humanidade) bem como da natureza –, especialmente quando pensamos o quanto estamos imersos no modelo do sistema moderno-colonial (Porto-Gonçalves, 2006).

Dornelles (2008) fala da importância das ideias do jornalismo participativo, no qual a comunidade faz parte da construção da pauta de discussão, bem como busca se engajar verdadeiramente para a busca das soluções dos problemas ambientais. Com isso, podemos pensar no Jornalismo Ambiental em seu aspecto mobilizador, complexo e diferenciado (Moraes, 2015). Ao pensarmos desta forma, no engajamento político do Jornalismo Ambiental, estamos alinhados à perspectiva da não neutralidade, assim como Freire afirma para a educação, que sejamos políticos para o enfrentamento das opressões:

Neutra, “indiferente” a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. [...] Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades. Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade”. As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. (Freire, 2011b, p. 96-97)

O jornalismo que segue manuais e a ideia obsessiva de afirmar-se por uma observação neutra da realidade traz, portanto, uma falha quanto à possibilidade de mobilizar e evidenciar a complexidade. Desta forma, afirmamos o Jornalismo Ambiental como possibilidade de engajamento, de desfazermos, portanto, esta trama do véu da neutralidade, que interessa às forças dominantes. O Jornalismo Ambiental, neste sentido, ganha espaço nesta construção de encontro e de diálogo, abrindo possibilidades de construção de crítica à realidade de forma cotidiana – possibilitando a tomada de consciência e a conscientização, e contribuindo para a emancipação e a transformação social.

A luta ambiental é a luta pela justiça, inserida na construção de uma nova forma de relação entre as pessoas – em harmonia com a natureza, sendo, portanto, uma luta contrária às opressões. Quando Freire afirma a necessidade de restaurar a humanidade, de formar consciência e superar as opressões, pela práxis da libertação, podemos entender a mesma como passo fundamental de um jornalismo que se considere crítico. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo [...], esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora” (Freire, 2019b, p. 52).

A viabilidade da humanização, de recuperação da humanidade pelos oprimidos, é trazida por Paulo Freire como uma forma de luta, que tem sentido apenas quando “[...] os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (Freire, 2019b, p. 41). Freire indicou que a crítica faz parte da apreensão que fazemos do mundo: “nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade” (Freire, 1967, p. 40). A perspectiva da crítica em relação à opressão é importante para pensarmos o papel do Jornalismo Ambiental, especialmente quanto à necessidade da conscientização, considerada por Freire uma exigência humana (Freire, 2011b). Para Bueno (2007), é preciso afirmar a construção de um ethos do Jornalismo Ambiental comprometido com o efetivo exercício da cidadania, o que, neste debate, associamos ao trabalho de colocar ênfase no debate ambiental de forma aprofundada, plural e democrática. Para Freire (1967), é preciso a radicalização:

A radicalização, que implica no enraizamento que o homem faz na opção que fez, é positiva, porque preponderantemente crítica. Porque crítica e amorosa, humilde e comunicativa. O homem radical na sua opção, não nega o direito ao outro de optar. Não pretende impor a sua opção. Dialoga sobre ela. Está convencido de seu acerto, mas respeita no outro o direito de também julgar-se certo. Tenta convencer e converter, e não esmagar o seu oponente. Tem o dever, contudo, por uma questão mesma de amor, de reagir à violência dos que lhe pretendem impor silêncio. (Freire, 1967, p. 49)

Freire (1967) afirma que a educação precisa possibilitar a inserção dos cidadãos na problematização, para que possam tomar consciência e, na conscientização, encontrar a força para lutar contra as injustiças. Assim, podemos pensar que o caminho é a educação, mas o destino é a libertação. A luta é permanente: “Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos” (2011b, p. 76). A rebeldia deve seguir para uma posição radical e crítica. Neste ponto, percebemos como o Jornalismo Ambiental se conecta aos princípios políticos inspiradores de Freire, com uma atuação educativa que visa à sensibilização das relações entre a humanidade e a natureza. O pensamento de Paulo Freire pode indicar um caminho da formação do jornalista para este embate na práxis, afirmando seu compromisso com a sustentabilidade da vida (Girardi *et al.*, 2006), para que a luta se organize em torno do resgate do futuro, já roubado das futuras gerações.

6. Discussão

Ao mapearmos pontos de convergência entre a literatura do Jornalismo Ambiental e os postulados de Freire, foi possível traçar quatro eixos temáticos, apresentados nas seções acima: 1) crítica à colonialidade, 2) dialogicidade, 3) aprendizagem através da experiência e 4) emancipação e libertação. Buscou-se evidenciar os pontos de contato ao longo do texto, mas salientamos como aspectos centrais desta discussão o fato de Freire não apenas evidenciar a opressão como parte da lógica colonial, mas propor alternativas para superá-la, visando a construção de sujeitos livres e críticos. De igual maneira, o Jornalismo Ambiental, a partir da compreensão de que os fatos devem ser construídos sob a perspectiva sistêmica, denuncia as causas da crise ambiental em curso ao mesmo tempo que tenta dar visibilidade às alternativas possíveis, contribuindo com a formação de uma cultura mais justa e sustentável, na qual os cidadãos possam fazer suas escolhas a partir de informação qualificada.

Ao aproximarmos as literaturas em questão, é visível que da mesma maneira que Freire, por meio da educação, busca enfatizar a agência dos sujeitos, o Jornalismo Ambiental tem como propósito ir além da informação para que os públicos se reconheçam como parte da natureza e sejam partícipes do cuidado ambiental. Para isso, passa por uma atitude compassiva em relação a todos os seres e a sua reconexão com a natureza, que também resulta de um processo dialógico.

A aprendizagem por meio da experiência, defendida por Freire, se reflete nas múltiplas estratégias jornalísticas de criar vínculos com o público e sua realidade.

A emancipação, seja pela vertente da educação, seja pela do jornalismo, é uma construção coletiva, sustentada no diálogo e na relação com o outro, em um genuíno processo de partilha, no que Wolton (2004) chama de dimensão antropológica da comunicação. Para que possamos avançar na crítica colonial e romper com a objetificação do outro, um jornalismo engajado na humanização e descolonização do pensamento único se faz necessário. O jornalismo emancipatório se propõe a “[...] procurar entender os fenômenos sociais dentro da perspectiva de que há essa relação de opressão e que é necessário superá-la” (Oliveira, 2017, p. 209). Da mesma maneira, o Jornalismo Ambiental se coloca a favor da sustentabilidade da vida, respeitando a pluralidade de saberes e denunciando a ilusão de um modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico ilimitado, propagado como solução universal.

7. Considerações finais

A obra de Paulo Freire tem contribuições evidentes para o campo da Comunicação na medida em que as pedagogias propostas pelo autor fundamentam o encontro do sujeito com o mundo através do diálogo. E, através da reflexão aqui apresentada, visualizamos que, pelo caráter indagador e pela perspectiva engajada do Jornalismo Ambiental, comprometida com a formação dos sujeitos ecológicos, há fortes pontos de contato com a obra freiriana.

Paulo Freire é autor de referência para os estudos críticos e trata com especial aprofundamento o humano na sua construção própria de humanização, na sua possibilidade de conhecer sua realidade e também de mudá-la. O Jornalismo Ambiental, assim como tantas outras áreas do conhecimento e da prática social, se aproxima de seu legado educativo, como espaço social de construção, compartilhamento e valorização de saberes plurais. Assim, este artigo corrobora aproximações do pensamento de Paulo Freire com o jornalismo já proposto por autores como Meditsch (2003) e Oliveira (2017).

O exercício do Jornalismo Ambiental pressupõe engajamento em prol da viabilidade de todas as formas de vida no planeta. É uma prática que se posiciona pela libertação dos sujeitos diante das estruturas de dominação herdadas da colonialidade. E mais: entende que a natureza tem valor por si própria (independentemente da visão utilitarista humana). A lógica da invasão cultural que perpetua injustiça e desigualdade, assim como da superexploração ambiental que sustenta nossa sociedade hoje, deve ser superada através do arcabouço de saberes e experiências dos grupos oprimidos em sua busca por ser mais.

Com a perspectiva dialógica freiriana, podemos perceber a atuação específica do Jornalismo Ambiental, em torno do relato de fatos e desafios socioambientais, em direção à crítica de nossa hegemônica relação sociedade-natureza, construída e calcada em valores do sistema colonial de poder, que subjuga tanto os oprimidos quanto a natureza. A educação para Paulo Freire não é neutra, pois toma partido da libertação dos sistemas de opressão. Entendemos, portanto, que este posicionamento se manifesta no Jornalismo Ambiental por se tratar de uma práxis decorrente da conscientização dos cidadãos e na percepção da dimensão política da ação sobre a realidade.

Neste sentido, reafirmamos a não possibilidade de um Jornalismo Ambiental neutro, bem como, por outro lado, a necessidade de propor diálogo e crítica, como essência à tomada de consciência e à conscientização, com vistas à transformação social. Com essas reflexões, acreditamos poder contribuir com o exame da prática do Jornalismo Ambiental em direção ao mundo de proteção ambiental e justiça social. Mundo alcançável não apenas por soluções paliativas para o desenvolvimento sustentável, como acontece quando o jornalismo não considera as lentes ambientais, mas por movimentos mais profundos e radicais que incluem o direito de todos a viver com dignidade num ambiente saudável.

Por fim, sendo esta uma reflexão baseada em pesquisa bibliográfica, reconhecemos seus limites em relação ao acesso dos textos consultados, incluindo o recorte temporal e o idioma utilizado nas buscas - que privilegiou a língua portuguesa pelo fato de Freire ser um intelectual brasileiro. Diante disso, observamos que este estudo pode subsidiar - e inspirar - futuras pesquisas exploratórias que relacionem essa proposição epistemológica com a percepção dos jornalistas e do público. Também pode servir de base para estudos empíricos que se debruçam sobre como os produtos jornalísticos voltados ao meio ambiente estão considerando os postulados de Freire para cumprir com sua função educativa.

8. Referências

- Alimonda, H. (2011). La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política latinoamericana. In H. Alimonda (Coord.), *La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina* (pp. 21–60). CLACSO.
- Belmonte, R. V. (2020). O Jornalismo ambiental: três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso [Tesis Doctoral, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital LUME UFRGS. <https://bit.ly/3J0SMcm>
- Beltrán, L. R. (2011). Adiós a Aristóteles: La comunicación “horizontal”. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 7(4), 12–36. <https://bit.ly/3IWhevd>
- Bueno, W. C. (2007). *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa*. Mojoara Editorial.
- Carvalho, I. C. M. (2017). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. Cortez Editora.
- Capra, F. (1996). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Cultrix.
- Dornelles, B. C. P. (2008). O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In I. M. T. Girardi & R. T. Schwaab (Org.), *Jornalismo ambiental: desafios e reflexões* (pp. 43–55). Dom Quixote.
- Fernández Reyes, R. (2004). Periodismo ambiental y periodismo sostenible. *Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, (11-12), 311–317. <https://bit.ly/3XswrZt>

- Freire, P. (2019a). *Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2011a). *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2011b). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2019b). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Frome, M. (1998). *Green Ink: An Introduction to Environmental Journalism*. University of Utah Press.
- Gadotti, M. (1979). Educação e ordem classista [Prefácio]. In P. Freire, *Educação e Mudança* (pp. 9-14). Paz e Terra.
- Girardi, I. M. T., Loose, E. B., Steigleder, D. G., Belmonte, R. V., & Massierer, C. (2020). A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 14(2), 279–291. <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.2053>
- Girardi, I. M. T., Massierer, C., & Schwaab, R. T. (2006). Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. *Unirevista*, 1(3), 1–12.
- Girardi, I. M. T., Schwaab, R., Massierer, C., & Loose, E. B. (2012). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. *Comunicação & Sociedade*, 34(1), 131–152. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v34n1p131-152>
- Girardi, I. M. T., Steigleder, D. G., & Saft, N. (2021). O jornalismo ambiental como agente da mudança de pensamento no contexto da emergência climática. In D. Rodrigo-Cano, R. Mancinas-Chávez, & R. Fernández-Reyes (Eds.), *La comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío* (pp. 163–182). Dykinson.
- Girardi, I. M. T. (2018). Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In I. M. T. Girardi, C. H. Moraes, E. B. Loose, & R. V. Belmonte (Org.), *Jornalismo ambiental: teoria e prática* (pp. 13–24). Metamorfose. <https://bit.ly/3WlgW4b>
- Hannigan, J. (1997). *Environmental Sociology- a social constructionist perspective*. Routledge.
- Hochheimer, J. (1992). Toward Liberatory Pedagogy for Journalism Students: Adapting Paulo Freire's Praxis to the Non-Poor. *College Literature*, 19(1), 12–27.
- Leff, E. (2001). *Epistemologia Ambiental*. Cortez.
- Loose, E. B., & Girardi, I. M. T. (2017). O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *Interin*, 22(2), 154–172. <https://bit.ly/3D06Hvm>
- Loureiro, C. W. (2020). Paulo Freire, autor de práxis decolonial? [Tesis de Maestria, Universidade Federal da Fronteira Sul].
- Meditich, E. (2003). Filosofia de Paulo Freire e práticas cognitivas no Jornalismo. *Comunicação & Educação*, (27), 15–30. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.voi27p15-30>
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Org), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 71–103). CLACSO.
- Minayo, M. C. D. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.

- Moraes, C. H. (2015). Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *Carta Capital* [Tesis Doctoral, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital LUME UFRGS. <https://bit.ly/3ZOEiCk>
- Oliveira, D. (2017). *Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire*. Appris.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Civilização Brasileira.
- Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Gaia (Heidelberg).
- Sousa Santos, B. (2022). *Descolonizar: Abrindo a história do presente*. Autêntica Editora; Boitempo.
- Stumpf, I. R. C. (2010). Pesquisa bibliográfica. In J. Duarte & A. Barros (org.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 51-61). Atlas.
- Wolton, D. (2004). *Pensar a comunicação*. UnB.
- Zitkoski, J. J. (2010). Diálogo/Dialogicidade. In D. R. Streck, E. Redin, & J. J. Zitkoski (Org.), *Dicionário Paulo Freire* (p. 117). Autêntica Editores.

Semblanza de las autoras

Ilza Maria Tourinho Girardi é professora, pesquisadora, Doutora em Comunicação, Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq).

Cláudia Herte de Moraes é jornalista, Doutora em Comunicação e Informação, professora da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen/RS. Líder do GP Mídiação - Educomunicação e Meio Ambiente (UFSM/CNPq), Membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

Eloisa Beling Loose é professora e pesquisadora. Doutora em Comunicação e outora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).

Débora Gallas Steigleder é jornalista, Doutora em Comunicação e Informação. Membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).